

UM CARTESIANO NA ENCRUZILHADA DA REVOLUÇÃO*

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES¹

MARCOS COSTA LIMA²

Quando, em 1962, Celso Furtado (1920-2004) publicou a primeira edição de *A pré-revolução brasileira* já possuía uma sólida formação acadêmica como economista e uma larga experiência em organismos nacionais e internacionais: bacharel em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1944), doutor em economia (1948) pela Universidade de Paris (Sorbonne), com estudos de pós-graduação na Universidade de Cambridge, Inglaterra (1957), onde mais tarde seria feito *Fellow* do *King's College*. Em 1944-1945 foi técnico (concursado) de administração do governo brasileiro; em seguida, economista da Fundação Getúlio Vargas (1948-1949). Entre 1949 e 1957, dirigiu a Divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), onde trabalhou ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, contribuindo para a formulação da análise estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina – análise que representou uma ruptura com o pensamento econômico dominante dos dois lados do Atlântico e foi determinante nas políticas de desenvolvimento que buscaram romper com a vigente divisão internacional do trabalho e com o atraso e miséria aos quais pareciam condenadas as nações periféricas na então ordem mundial.

* Este texto foi publicado em 2009 como prefácio da reedição de *A pré-revolução brasileira*, de Celso Furtado, Recife, Editora da UFPE. Por se tratar de livro escrito em 1962, quando seu autor estava no auge da atuação e das realizações à frente da Sudene, consideramos que é um texto de referência para esta pesquisa. (N.E.)

¹ Historiador. Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

² Cientista Político. Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1958-1959), um organismo que expressava as transformações do Estado brasileiro – já não mais o Estado liberal da Primeira República – e que formulava, dentro das novas concepções da teoria econômica cepalina, um projeto de desenvolvimento e industrialização. Foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento (1962-1963) no governo João Goulart (1961-1964). Contudo, a atividade que, no período aqui examinado, lhe daria mais notoriedade e o colocaria de forma indelével na história do Brasil foi sua entrada, como supervisor, no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. O GTDN havia sido criado em 1956, sendo inicialmente dirigido por Aluísio Campos. Em 1958 sua direção passou para Celso Furtado, que pouco depois foi nomeado por Juscelino Kubitschek (1956-1961) diretor do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno).

Dessa tarefa – positivamente o mais ambicioso projeto de promoção do desenvolvimento do Nordeste com reestruturação de sua base produtiva, transformação de sua tradicional estrutura agrária e enfrentamento das periódicas secas, diante das quais a ação do Estado somente reiterava a manutenção do poder oligárquico do latifúndio –, resultou o relatório que redigiu e encaminhou ao presidente da República. O relatório, intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, ficou como sendo de autoria coletiva, a do GTDN.³ A autoria, na verdade, era de Celso Furtado, que soube, com grande maestria política, contornar previsíveis oposições – e estas não faltaram, mesmo apesar de todas as precauções – caso seu nome aparecesse como autor do relatório. Na entrevista de Celso Furtado, referenciada na nota 3, ele relata o entusiasmo de Juscelino pelas propostas nele contidas e de como daí resultou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), naquele mesmo ano (1959).

³ Os resumidos dados biográficos de Celso Furtado, acima indicados foram, com algumas modificações, extraídos da *Revista Econômica do Nordeste*, abaixo referenciada. Ver sobre as formulações teóricas da Cepal e sobre a autoria do Relatório do GTDN a entrevista de Celso Furtado, realizada por Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e João Salmito Filho, publicada na *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 377-386, out./dez. 1977. Um balanço, com uma útil bibliografia sobre a relação entre o pensamento cepalino e o diagnóstico do atraso do Nordeste, com as consequentes propostas de seu enfrentamento, encontra-se no artigo de Guerino Edécio da Silva Filho, “A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da Cepal”, *Revista Econômica do Nordeste*, cit., p. 433-450.

Despertando grandes esperanças de transformações, não apenas do Nordeste, mas do Brasil, a criação da Sudene foi igualmente acolhida com forte oposição pelos políticos da oligarquia nordestina e por setores do liberalismo econômico. Podemos falar de uma verdadeira *batalha da Sudene* para o período que vai de 1959 a 1964 e à qual o golpe civil-militar deste último ano deu outro rumo. A destituição de Celso Furtado do cargo de superintendente, a cassação de seus direitos políticos e o seu exílio expressam a dimensão do significado de uma experiência e de um projeto histórico que a ditadura julgou necessário e imprescindível destruir.

A criação da Sudene, na qual a ação e o pensamento de Celso Furtado tiveram um papel fundamental, foi a expressão do embate de muitas forças políticas em um amplo espectro de concepções teóricas, de partidos, de instituições, de interesses, de mobilizações dos mais variados setores da sociedade brasileira e, em particular, nordestina. Industriais, políticos, jornalistas, estudantes, professores, camponeses, trabalhadores sem terra, operários, padres e bispos estiveram presentes nessa batalha. Não cabe aqui reconstituí-la, mas essa foi, retomando uma expressão de Antônio Callado sobre o que então se passava no Nordeste, “a mais importante experiência social vivida no Brasil”.⁴

Mas voltemos ao livro *A pré-revolução brasileira*, situando-o no conjunto da obra do seu autor até o momento – 1962 – em que foram publicadas a primeira e segunda edições. Sua tese de doutorado, orientada pelo professor Maurice Byé, da Sorbonne, intitulou-se *A economia colonial brasileira* e era um estudo comparativo entre as economias açucareiras do Nordeste do Brasil e das Antilhas francesas. Este mergulho na história econômica comparada expressava uma inovação entre os estudiosos de nossa economia e, ao mesmo tempo, deu ao seu autor a oportunidade de elaborar um estudo, desde então, inscrito entre os clássicos de nossa história econômica. De anos de trabalho resultou o livro *Formação econômica do Brasil* (1959), síntese incontornável sobre o tema, juntamente com os trabalhos de Roberto Simonsen e de Caio Prado Júnior.

⁴ A bibliografia sobre a Sudene, desde o projeto de sua criação até os seus diversos períodos, que inclui sua extinção no governo Fernando Henrique Cardoso e sua recriação no governo Lula, é imensa e ainda continua e continuará a suscitar muitos outros estudos. Nessa imensa bibliografia, além dos escritos do próprio Celso Furtado, que incluem os volumes de memórias, o leitor interessado lerá com proveito: Amélia Cohn, *Crise regional e planejamento*, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, e Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Em *Formação econômica do Brasil* encontra-se a união entre um amplo material empírico e a teoria econômica, uma visão inovadora que, depois, se imporia nos melhores estudos da história econômica nacional e internacional. Neste mesmo ano publicou *Operação Nordeste*. Mas, antes de *Formação econômica do Brasil* e de *Operação Nordeste*, publicou *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956) e *Perspectivas da economia brasileira* (1958).

A pré-revolução brasileira é um livro eminentemente político, escrito no calor da hora, publicado em agosto de 1962 pela editora Fundo de Cultura. O livro teve uma boa aceitação: sua tiragem inicial foi de 8 mil exemplares e no mesmo ano saiu a segunda edição, com 10 mil exemplares.

Sua dimensão estratégica fica explícita já na citação de abertura, escrita por B.H. Liddel (1895-1970), um historiador e militar inglês, considerado o Clausewitz do século XX, que falava em evitar o ataque frontal e procurar, ao invés, buscar os movimentos de flanco, de forma a que um lado mais exposto pudesse sentir o golpe. Mas, adverte o teórico da estratégia, em tal abordagem indireta deve-se tomar cuidado para não divergir da “verdade”, pois nada seria mais fatal do que descambar para a “inverdade”.

A pré-revolução brasileira é um livro dirigido à juventude universitária, tamanha a necessidade que percebia o nosso economista de quadros capazes de se dedicar à causa nacional de ruptura com o passado oligárquico. A tese central do livro era de que o Brasil havia alcançado uma grande diferenciação que permitira transferir para o País os principais centros de decisão de sua vida econômica, mas ainda era caracterizado por um nível de renda *per capita* típico de País subdesenvolvido.

Outra ideia força era que, embora tivéssemos conquistado maior autonomia de decisões, ainda havia grande incerteza com relação ao futuro, agravada pelo fato de interpretarmos a realidade econômica com um aparelho conceitual inadequado. O Estado brasileiro ainda se encontrava desparelhado para o exercício de suas novas funções, como principal instrumento do desenvolvimento.

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”, Furtado aponta o desmedido custo social do desenvolvimento que vinha se realizando até então, incapaz de mudar as condições de vida de três quartas partes da população brasileira. Entre estes custos listava a concentração social e geográfica da renda; a dura realidade do meio rural, onde as massas

que trabalhavam no campo não auferiam quase nenhum benefício; o crescimento em termos absolutos do operariado industrial sem melhoras apreciáveis no seu padrão de vida; o anacronismo da estrutura agrária; os subsídios estatais que beneficiavam sobretudo os grupos monopolistas, concentrando a riqueza.

No plano político administrativo, apontava distorções flagrantes, a exemplo da ação do Estado que favorecia grandes contratos de obras públicas, as quais funcionavam como fonte corrente de acumulação e de criação de rápidas fortunas. Ainda nesse capítulo, Furtado estabelece um diálogo com o marxismo, apontando que suas raízes mais vigorosas eram oriundas do humanismo renascentista, reconhecendo que

qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno [...]. Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades, e por outro descobrimos uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas.⁵

O fundador da Sudene, contudo, critica o comunismo soviético e a expropriação direta do excedente realizada sobre o campesinato, bem como as restrições às liberdades individuais, – portanto, faz uma crítica ao marxismo-leninismo, mas não a Marx. Em certa medida, o contexto do Brasil a que se referia Furtado era o de enfrentamento entre interpretações marxistas-leninistas revolucionárias, que poderiam rapidamente cooptar o movimento reivindicatório, principalmente camponês, o que para o economista representaria o predomínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Ao mesmo tempo, Celso avaliava a possibilidade de uma ditadura de direita que tornaria “rígida toda a estrutura política”, criando condições propícias a uma efetiva arrematada revolucionária marxista-leninista”.⁶ Para evitar ambos os processos, Furtado indicava a necessidade de prevenir toda forma de retrocesso no sistema político social e criar as condições para uma mudança rápida e efetiva na anacrônica estrutura agrária do País.

⁵ FURTADO, Celso (1962), *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, p. 17.

⁶ FURTADO, Celso (1962), *op. cit.*, p. 29.

A fase pré-revolucionária vivida pelo País estava, justamente, no impasse provocado pela manutenção do *status quo*, e as condições para evitá-la residiam na realização da reforma agrária, na modificação pela base da máquina administrativa do Estado, do sistema fiscal e da estrutura bancária, mas também pelo disciplinamento do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico – medidas que estiveram presentes nas diretrizes do governo João Goulart, com as Reformas de Base.

O segundo capítulo, que trata da “Política econômica e Reformas de Base”, o economista paraibano inicia com uma crítica à filosofia liberal do *laissez-faire* e à sua defesa do livre funcionamento das forças de mercado, essencialmente uma concepção estática e mecanicista do equilíbrio geral. Reitera a comprovação de Keynes sobre a inexistência de automatismos de mercado que fossem capazes de gerar o pleno emprego dos fatores produtivos. Muito atual é a crítica que faz ao positivismo e à técnica de construção de modelos, que não rompe com o esquema clássico nem com a dimensão puramente quantitativa. E se posiciona: “a política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional.”⁷

As tensões sociais sobre as quais se debruça o economista revelavam a aceleração do desenvolvimento industrial do País entre 1947 e 1962, quando esse setor transformou-se no centro dinâmico da economia. Esta aceleração provocou desajustes estruturais com impactos no plano político, pois o desenvolvimento aumentou as expectativas de melhoria material de todas as camadas sociais, que são contidas pela arcaica estrutura agrária, pela concentração de renda tanto geográfica quanto setorial. A saída estaria num conjunto de medidas capazes de desbloquear o impasse. O crescimento dos centros urbanos havia provocado um crescimento da demanda por alimentos, o que não era possível ofertar sem a mudança da estrutura agrária. Aumentavam assim os preços e a renda da terra, provocando a inflação e dificultando as mudanças no setor oligárquico.

O capítulo terceiro evidencia por que o Nordeste brasileiro tornou-se o epicentro da pré-revolução, com movimentos rurais como as Ligas Camponesas buscando participar dos frutos do desenvolvimento do País. Em “O problema do

⁷ FURTADO, Celso (1962), *op. cit.*, p. 38.

Nordeste”, ele mostra que a região enfrentava um dos mais baixos níveis de vida em todo o mundo, pois três quartas partes de sua população participavam apenas marginalmente da economia monetária, com uma expectativa de vida que não alcançava os 30 anos de idade. Nesta parte do livro, Furtado inventaria todas as políticas pregressas para a região, que não surtiram o efeito desejado, em que pese a contribuição de homens como Arrojado Lisboa, José Augusto Trindade e Guimarães Duque, no sentido de levar a irrigação ao Polígono das Secas.

O que chama de a Grande Estratégia da Sudene, fundada na análise da experiência passada, se assentava em três pontos: 1) o de encarar o problema do Nordeste como um problema de desenvolvimento; 2) não limitar as preocupações ao setor público, pois grande parte dos investimentos era de responsabilidade do setor privado; e 3) a necessidade de manter unidos a ação técnica e o comando político.

O capítulo terceiro se conclui com uma reflexão sobre a importância da racionalidade técnica, mas também com o alerta de que essa ação não faz sentido se exercida isoladamente, pois teria de ter uma dimensão social.

O capítulo quarto trata do “Desenvolvimento sem política de desenvolvimento”. Aqui Furtado expõe a natureza do nosso atraso capitalista, que sofreu seu primeiro choque em 1930, quando se rompe o nosso “complexo ideológico colonial” com a industrialização lentamente se afirmando, mas ainda sem investimentos na infraestrutura e nas indústrias essenciais. Em 1953, a criação do BNDE sinaliza novo momento do País.

O capítulo quinto, “Subdesenvolvimento e Estado democrático”, estabelece uma discussão sobre a ação estatal e seus instrumentos para atingir o desenvolvimento econômico com novas políticas. O Estado necessitaria ser administrativamente reestruturado e, para Celso, haveria necessidade de um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas, administrativas e economistas, condição, segundo ele, “indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e reconstrução do país”.

O capítulo seis é dedicado ao tema da “Objetividade do economista”, no qual chama a atenção para as assimetrias existentes entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e para o fato de que os princípios básicos não são os mesmos para uma e outra. As soluções não podem ser pré-fabricadas. Ele aborda os conflitos de alguns economistas brasileiros com os do Fundo Monetário Internacional, fixados na questão da estabilidade e no pressuposto da universalidade.

O capítulo sete, “A formação do economista em país subdesenvolvido”, será aqui sintetizado pela passagem em que Furtado nos diz que

a grande dificuldade que enfrenta o estudante de economia, em um país subdesenvolvido, é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive.⁸

Os capítulos finais, oito e nove, “A renovação do pensamento econômico” e a “Economia brasileira na metade do século XX”, são importantes por chamar a atenção das insuficiências científicas do Brasil, naquele período, sobretudo se comparadas às do presente, que reforçam também a capacidade crítica de enfrentar os problemas nacionais com reflexões próprias. Os desequilíbrios regionais e, mais especificamente, aqueles do Nordeste do País, se colocam para o economista como um problema de grande magnitude, um problema nacional. Deve-se, pois, buscar políticas de desenvolvimento que levem em conta as dimensões continentais do País e as disparidades de níveis de produtividade e de renda que se apresentam entre importantes grupos demográficos, fontes das tensões vividas.

Finalmente, cumpre destacar a passagem em que discute, no último capítulo, o futuro como opção. Furtado indica a direção para a qual estavam apontando as forças sociais mais progressistas do País. Para ele, um movimento de envergadura capaz de consolidar no País as mudanças de base, de implementar a reforma agrária, de disciplinar o capital estrangeiro e de enfrentar os problemas regionais só seria possível sob a liderança de um governo nacional.

Em 1964, Celso publicou *Dialética do desenvolvimento*, uma coletânea de ensaios em que juntava análise política, a visão dialética da história, a teoria econômica e a sociologia, reiterando uma presença intelectual que se situava nos grandes dilemas então vividos pelo Brasil e que tomava posição clara em defesa de uma transformação econômica que aliava a decisiva ação do Estado, o alargamento da democracia e a inclusão de operários, camponeses e trabalhadores rurais nos benefícios do desenvolvimento econômico. Na introdução a este livro, que logo teve uma segunda edição, suas primeiras palavras expressam,

⁸ FURTADO, Celso (1962), *op.cit.*, p. 95.

exemplarmente, o que o próprio Celso Furtado concebia e sempre praticou como sendo a *missão do intelectual*:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente [...]. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência.⁹

Infelizmente, Celso Furtado teve de escrever no início dos anos 1990 um maravilhoso pequeno livro intitulado *Brasil: a construção interrompida*. Mas, como era do seu feitio, da sua perspectiva otimista sobre o Brasil o economista retoma o fio da meada e aponta os equívocos do neoliberalismo e seus malefícios para o País e para o mundo.

O fracasso retumbante das políticas econômicas e sociais, que foram estruturadas a partir de Washington e dos criadores de Bretton Woods e requentadas no Brasil, só vem evidenciar como era acertado o diagnóstico de Furtado, e como podemos difundir, mas também atualizar, (re)contextualizando, suas reflexões para retomar essa construção que reclama uma mudança de rumo da civilização em que vivemos.

Essa mudança de rumo, no que nos concerne exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos assumir nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança a nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto.¹⁰

⁹ *Dialética do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, Introdução.

¹⁰ FURTADO, Celso (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79.

Rer, nessa perspectiva da temporalidade, um livro de um intelectual de tão diversos saberes, que pôs o melhor de sua inteligência a serviço de uma *razão histórica* não tecnicista, pode nos ajudar a retomar o ideal que, sem ilusões, o moveu: *humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.*¹¹

¹¹ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*, cit., p.19.